
IX Fórum de Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente: A Sustentabilidade na Atividade de Mineração

Apresentação

O PASSO A PASSO DO PROCESSO DE CONVERSÃO DE SISTEMAS DE PRODUÇÃO CONVENCIONAL EM HORTALIÇAS

*LOPES, Antonio Wagner Pereira¹; FELICIANO, César Augusto²;
FERRANTE, Vera Lucia S. Botta³*

RESUMO

A análise neste trabalho é parte das frentes de ações nos sistemas de produção de hortaliças, criação de frango caipira, SAFs, plantas medicinais e educação no campo, realizadas através do NEEA (Núcleo de Estudos e Extensão Agroecológica - UNIARA). Este trabalho foi realizado com dois produtores de hortaliças do assentamento Bela Vista do Chibarro e um do assentamento Monte Alegre. Primeiramente realizou-se cursos teórico e prático sobre agroecologia, em seguida foram realizadas visitas periódicas sobre manejo do solo, nutrição de planta, preparo de biofertilizantes, processamento de compostagem, importância da adubação verde e uso da planta Nim como defensivos de pragas em hortaliças. Realizou-se distribuição de sementes leguminosas (crotalária, nabo forrageiro, ervilhaca, aveia preta e feijão guandú) aos produtores, manteve-se como contraproposta que será devolvido após colheita 1kg de sementes de cada 1kg entregue ao produtor para formação de um banco de germoplasma. Todas estas ações realizadas com estes produtores foram por meio de pesquisa participativa, criou-se uma rede de experiências, mas há consciência de que a conversão em sistemas produtivos de hortaliça convencional necessita de maior troca de conhecimentos científicos e tradicionais. Vem sendo observada a renda, incluindo o autoconsumo e as frentes de comercialização. A perspectiva de alcançar um modelo de produção não convencional precisa de mais tempo de troca de experiências para que possa beneficiar as futuras gerações.

Palavras-chave: Conversão; Agroecológica; Nutrição; Hortaliça.

¹Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP, Campinas /SP

²Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente, UNIARA, Araraquara/SP

³Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente, UNIARA, Araraquara/SP

DIAGNÓSTICO DA ARBORIZAÇÃO VIÁRIA NO BAIRRO SÃO JOSÉ NA CIDADE DE ARARAQUARA – SP

PERSIGHINI, Arlindo Donizete¹; SOSSAE, Flávia Cristina²

RESUMO

O presente trabalho é referente ao levantamento das espécies contidas na arborização viária do Bairro São José na cidade de Araraquara (SP) e foi estudada com finalidade de obter o conhecimento detalhado da vegetação e diagnosticá-la, para fins de orientação do manejo e conservação dessa área, sendo realizado um levantamento florístico quali-quantitativo e fitossociológico das árvores. Foram encontrados 932 indivíduos arbóreos, sendo que 8 foram considerados árvores mortas e 24 espécies botânicas distintas. A *Ligustrum lucidum* e *Licania tomentosa* foram às espécies mais abundantes. Das 932 espécies catalogadas, 76,46% pertencem às espécies exóticas e 23,54% são de espécies nativas. As mais frequentes das espécies exóticas foram *Ligustrum lucidum*, *Lagerstroemia indica*, *Murraya paniculata* e *Tecoma stans* e as mais frequentes nativas foram *Licania tomentosa*, *Tibouchina mutabilis* e *Schinus molle*. O diâmetro a altura do peito da (DAP) maioria das espécies foi de classe IV maior que 25 cm, constituídas por plantas adultas; 78,85% dos vegetais apresentaram altura menor que 5,0m. Considerando aspectos de sanidade e de eventual presença de injúrias no tronco, do total das 788 espécies, observaram-se 0,87% indivíduos que além da tortuosidade, apresenta lesões no caule, com 7,38% dos indivíduos com tortuosidade devido à poda drástica. A maioria dos indivíduos possuiu raiz que não aflorou (sem danos) e poucas espécies apresentaram danos graves (destrói as calçadas). No desenvolvimento da copa das árvores, o elemento que mais gerou conflito com a vegetação foi à fiação aérea de energia elétrica e telecomunicação, ou seja, 36,66% não tiveram nenhum contato com a copa, 63,34% tiveram contato com a copa das árvores. Quanto à distância de cruzamento, a percentagem de árvores plantadas a menos de 5m de esquinas é muito baixa, aproximadamente 1%. Basicamente, três foram os motivos observados: (1) obstrução decorrente da tortuosidade excessiva do tronco; (2) obstrução dada pela grande quantidade de ramificações do caule (3) obstrução dada pela grande quantidade de ramificações do caule. Em termos quantitativos, essa população é ainda muito deficiente, mas a situação geral das árvores é bem satisfatória, pois, para que os conflitos de árvores com as infraestruturas da cidade sejam minimizados e se possa desfrutar plenamente dos benefícios gerados pela arborização é fundamental um bom planejamento e de ações no sentido de monitoramento e manutenção constante para garantir uma arborização diversificada e em harmonia com os demais elementos que compõem a infraestrutura urbana.

Palavras-chaves: Arborização urbana; Levantamento Florístico; Estudo Fitossociológico.

¹Universidade de Araraquara UNIARA, Araraquara/SP

²Docente da Universidade de Araraquara UNIARA, Araraquara/SP

AValiação DA QUALIDADE AMBIENTAL DE NASCENTES DO ASSENTAMENTO BELA VISTA DO CHIBARRO (ARARAQUARA - SP)

CAIRES, Carlos Eduardo Mateus¹; GORNI, Guilherme Rossi²; RIBEIRO, Maria Lúcia Ribeiro²

RESUMO

Atualmente o monitoramento ambiental está mais próximo da ecotoxicologia, ciência que estuda os efeitos nocivos causados por substâncias químicas a organismos vivos em seu habitat, bem como sua interação aos sistemas ecológicos. Assim, o objetivo deste trabalho foi investigar a qualidade ambiental da água de nascentes situadas no assentamento Bela Vista do Chibarro, no município de Araraquara - São Paulo. A avaliação foi realizada por meio dos resultados obtidos nos bioensaios de toxicidade aguda nas amostras de água das nascentes em conjunto com os ensaios químicos por cromatografia líquida de alta performance (CLAE) com detector de ultravioleta (UV). Para os bioensaios foram utilizados peixes da espécie *Poecilia reticulata* (Teleostei, Poeciliidae), organismos padronizados para ensaios ecotoxicológicos pelas normas ABNT 15499 e OECD/OCDE 305. Os organismos foram expostos durante 96 horas em triplicata mais controle das amostras e seus resultados apresentaram uma variação de 100,0% a 88,9% do índice de sobrevivências dos organismos. Nos ensaios por cromatografia líquida de alta performance (CLAE) com detector de ultravioleta (UV), foram identificados e quantificados os herbicidas 2,4-D, 2,4,5-TP e Carbofurano, sendo comparados os resultados obtidos as legislações Resolução CONAMA 357 de março de 2005 e Decisão da Diretoria CETESB 045 de fevereiro de 2014.

Palavras-chave: Ecotoxicologia; *Poecilia reticulata*; Herbicidas; Legislação Ambiental.

¹Universidade de Araraquara, Universidade de Araraquara, Araraquara, Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente.

²Docente - Universidade de Araraquara, Araraquara, Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial e meio ambiente.

IMPLANTAÇÃO DE UNIDADE EXPERIMENTAL DE PRODUÇÃO AGROECOLÓGICA DE OVOS: O PAPEL DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

GÊMERO, César Giordano¹; CARMONA, Henrique Duval¹;
FERRAZ, José Maria Gusman¹; QUEDA, Oriowaldo¹

RESUMO

A presente comunicação pretende apresentar um dos resultados do projeto intitulado: pesquisa-ação e construção de proposta agroecológica para a agricultura familiar da região central do estado de São Paulo, aprovado pela chamada MDA/CNPq N° 39/2014, no final de 2014, onde, na ocasião, foi criado o núcleo de estudos e extensão em agroecologia da UNIARA. Através de reuniões com a comunidade assentada da região de Araraquara/SP, surgiu a demanda de trabalho para produção de ovos caipiras, muito presente nos assentamentos. Neste sentido, foi realizado um diagnóstico com a aplicação de questionários semiestruturados em 27 famílias assentadas, afim de levantar todas as questões relacionadas aos sistemas produtivos de galinhas caipiras. Após o levantamento da realidade local e através de uma construção coletiva foi implantada uma área experimental na proposta de transição agroecológica de ovos. A referida área, localizada no projeto de assentamento Monte Alegre, é um espaço de diálogo entre pesquisadores, agricultores familiares, técnicos, professores e alunos, o que nos permite avançar na proposta de pesquisa aliada a extensão, respeitando as especificidades e conhecimentos tradicionais dos agricultores locais. Apesar das dificuldades encontradas no processo de transição e principalmente na formalização da comercialização, os assentados de reforma agrária possuem enorme potencial de produção numa perspectiva agroecológica, tendo em vista que a produção caipira traz inúmeros elementos que se aproximam de uma produção de ovos com viés mais sustentável.

Palavras-chave: Agricultura Familiar; Ovos Orgânicos; Produção Caipira; Transição Agroecológica.

¹Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente - Universidade de Araraquara – UNIARA.

APLICAÇÃO DA COMPOSTAGEM (BIOFERTILIZANTE) NA CULTURA DA CEBOLA E SUAS PERSPECTIVAS NA AGRICULTURA FAMILIAR

SOUZA, Cesar Taddei¹; MAINARDI, Fabiana¹
FERRANTE, Vera Lucia S. Botta¹

RESUMO

O biodigestor é uma tecnologia que vem sendo cada vez mais implementada, sendo que a utilização do efluente gerado, o biofertilizante, é uma medida econômica e sustentável, tanto pelos benefícios no desenvolvimento das plantas e reestruturação do solo, como na preservação ambiental. O objetivo desta pesquisa é avaliar os efeitos do biofertilizante de esterco bovino com serragem, aplicando no solo para melhor desenvolvimento da planta, analisando quanto à sua eficiência hídrica e nutricional, bem como proporcionar ao pequeno produtor difusão de novas tecnologias. O experimento foi conduzido no IBIOTEC, pertencente ao Centro Universitário de Araraquara – UNIARA, em ambiente protegido. O delineamento experimental é inteiramente casualizado, 24x1,5, sendo 3 níveis de produção (1 dose de biofertilizante, uma testemunha (sem adubação e adubação mineral), e 1 dose com adubação mineral na cultura da cebola. Neste trabalho obteve-se resultados satisfatórios com a adubação orgânica, uma melhora na estrutura do solo proporcionando maior biodiversidade e meios de decomposição, a hortaliça teve um bom desempenho comparado a adubação química, além de proporcionar ao produtor menos custos com insumos.

Palavras-chave: Meio Ambiente; Hortaliça; Bulbo; Responsabilidade Social.

¹Programa de pós-graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente - Uniara

O NOVO CÓDIGO FLORESTAL E O CADASTRO AMBIENTAL RURAL: APONTAMENTOS E DISCUSSÕES DOS ASPECTOS LEGAIS

*CELLA, Daltro¹; CUNHA, Marcos Rogério da¹
GONÇALVES, Henrique Junior Bernardeth¹;
QUEDA, Oriowaldo¹; FERRANTE, Vera Lucia S. Botta¹*

RESUMO

A promulgação da Lei 12.651/2012, conhecida como o Novo Código Florestal Brasileiro trouxe novos apontamentos e discussões sobre a adequação ambiental das propriedades e posses rurais no Brasil. O objetivo desse trabalho é compreender como o Novo Código Florestal por meio do cadastro ambiental rural (CAR) pode contribuir para a melhoria da gestão e do planejamento das propriedades agrícola com a finalidade de que as mesmas possam continuar produzindo dentro dos aspectos legais permitidos pela Lei 12.651 de 25 de maio de 2012. A implantação do CAR promoverá a regularização dos imóveis rurais por meio do registro da Reserva Legal (RL) e pelo compromisso em recuperar as Áreas de Preservação Permanente (APP). A concretização desses aspectos legais dará garantias jurídicas as propriedades e as posses rurais, especialmente quando se trata da regularização das áreas com passivo ambiental e ao acesso ao crédito rural por meio de entidades públicas financeiras. Do ponto de vista governamental o CAR possibilitará integrar as informações ambientais das propriedades e posses rurais, compondo base de dados para o controle, o monitoramento, o planejamento ambiental e econômico e o combate ao desmatamento. Assim, o CAR torna-se uma fonte de dados para o planejamento ambiental e econômico, pois apresenta informações sobre APP, RL, o uso da terra e do desenvolvimento sustentável. Portanto, o aprimoramento do Código Florestal servirá de base para políticas públicas inovadoras dentro do conceito do ordenamento territorial e do planejamento da paisagem.

Palavras-chave: Área de Proteção Permanente; Cadastro Ambiental Rural; Código Florestal; Reserva Legal; Legislação Florestal

¹Programa de pós-graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio ambiente - Universidade de Araraquara - Uniara

POSSIBILIDADES E ENTRAVES NA TRANSIÇÃO AGROECOLÓGICA E NA CONSTRUÇÃO DE CANAIS DE COMERCIALIZAÇÃO DIRETA ENVOLVENDO PRODUTORES ASSENTADOS NA REGIÃO DE ARARAQUARA

AMARAL, Daniel Tadeu¹; FERRANTE, Vera Lucia S. Botta¹

RESUMO

Este resumo é parte do trabalho que pretendo desenvolver no doutorado, ainda situado em sua fase inicial de coleta de dados. O objetivo desta comunicação é abordar como vem se dando o início de atividades agroecológicas por um grupo de assentados de Araraquara, e como vem se desenvolvendo iniciativas de comercialização desta produção. Para tanto, vem se acompanhando os trabalhos do Núcleo de Agroecologia da Uniara nas fases de sensibilização e estímulo a conversão de práticas agrícolas convencionais para agroecológicas, certificação e no desenvolvimento e início de uma feira direta. Busca-se analisar as vantagens e dificuldades encontradas pelos agricultores neste processo, e mais especificamente, tem-se podido ampliar a compreensão de questões ligadas às variadas estratégias de comercialização empreendidas por estas famílias, com ênfase no peso relativo atribuído a cada forma de comercialização na composição da renda familiar. A metodologia utilizada se baseia em idas a campo, pesquisa-ação, etnografia, aplicação de questionários e entrevistas. Nota-se uma tendência crescente na perspectiva de transição produtiva, respaldada pela reemergência de canais de comercialização tradicionais, e uma demanda maior dos consumidores por alimentos saudáveis. Isso vem permitindo esboçar um cenário em que: a) adota-se práticas mais sustentáveis no manejo da produção, b) mantém-se e estimula uma produção diversificada, c) percebe-se uma crescente ressignificação das feiras livres em que se passa a atentar para aspectos como território, relações de confiança e credibilidade, associando cada vez maior do “local” e o “natural” com o alimento saudável, d) a falta de uma política de apoio a estas práticas, tanto do ponto de vista técnico-produtivo, quanto do ponto de vista organizativo.

Palavras-chave: Agroecologia; Assentamentos de reforma agrária; Comercialização direta; Certificação agroecológica.

Apoio financeiro: CAPES

¹Universidade de Araraquara – Uniara, Doutorado em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente.

RESUMO

Historicamente o rio Madeira foi a segunda região mais importante na produção de ouro de garimpo na Amazônia durante as duas últimas décadas do século passado. Desta forma, a emissão anual de Hg nas bacias amazônicas, devido a esta atividade, chegou na década de 1980 a possíveis 200 toneladas. Sendo assim, o presente estudo tem como objetivo avaliar o impacto ambiental gerado pelas atividades garimpeiras quantificando os índices de Mercúrio (Hg) e Metil-Mercúrio (MeHg) no sedimento e tecidos de peixes e jacarés consumidos pelas populações ribeirinhas que habitam o baixo Rio Madeira. A metodologia consistiu em coletas de sedimento em 7 pontos da reserva Extrativista Lago do Cuniã e 10 tecidos de Pacu, 8 tecidos de Tucunaré e 12 tecidos de Jacaré. Para a quantificação do mercúrio foi utilizado as seguintes metodologias: Espectrofotometria de Absorção atômica por vapor de gás frio para análise de Hg totais e Espectrofotometria de Florescência atômica para MeHg. Os valores obtidos nas análises demonstram que Hg total e MeHg no sedimento estão abaixo dos limites estabelecidos pela legislação nacional, o mesmo aconteceu para os tecidos de Pacu, porém, os tecidos de Tucunaré e Jacaré apresentaram altos índices de Mercúrio principalmente em sua forma orgânica – MeHg. As diferenças nas concentrações de Hg encontradas nos diferentes compartimentos e organismos analisados ocorrem pelo grande potencial do Hg em sofrer interações com bactérias e transformar-se em MeHg que por sua vez é extremamente tóxico e de fácil incorporação pelos organismos, podendo então bioacumular e assim contaminar toda a cadeia trófica. Desta forma, a presença de MeHg em grandes índices em predadores topo de cadeia denuncia o grande impacto ambiental deixado pelas atividades garimpeiras ao longo de muitos anos na região.

Palavras-chave: Amazônia; Impacto Ambiental; Mercúrio e Metil-Mercúrio.

Apoio financeiro: CAPES

¹Aluno do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente - UNIARA

²Docente do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente – UNIARA

RESUMO

Neste trabalho enfrentamos questões polêmicas como a Educação do Campo e também os dilemas da juventude rural face às relações do campo-cidade. Mas o objetivo principal desse trabalho é tentar descobrir quais as dificuldades que tornam os conteúdos de Geografia que tem relação direta com a natureza, tão abstratos e distantes para o aluno do campo na escola do Campo Maria de Lourdes da Silva Prado, localizado na região central do estado de São Paulo, no município de Araraquara. Os alunos tornam-se resistentes, desinteressados e distantes de discussão de aspectos que estão presentes na sua realidade e são de extrema importância para uma reflexão transformadora. Questões como a crítica ao uso dos agrotóxicos, a racionalidade do agronegócio, a desvalorização dos povos do campo, caem em desinteresse colocando em risco a identidade local e muitos outros problemas gravíssimos que se apresentam no espaço rural. Utilizamos como metodologia: revisão bibliográfica, fontes documentais da escola na Secretaria da Educação Municipal, entrevistas e questionários com diversos agentes envolvidos neste cenário. Pudemos identificar até o momento nesta pesquisa as perspectivas de futuro dos alunos, suas opiniões, os aspectos bons e ruins de se morar no campo, as reflexões da Educação Escolar e do Ensino da Geografia, entre outros.

Palavras-chave: Geografia; Agroecologia; Educação do Campo; jovens; Educação Escolar

Apoio financeiro: CAPES

¹Universidade de Araraquara-UNIARA/SP, Programa de pós-graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente.

A EDUCAÇÃO AMBIENTAL COMO ESTRATÉGIA PARA A GESTÃO DE RECURSOS NATURAIS

BERNI, Fernando Rodrigo de Araújo¹; GALLO, Zildo²

RESUMO

O presente estudo tem por finalidade dialogar entre dois campos distintos dos discursos que compõem o universo da denominada “Questão Ambiental”. A partir do ordenamento jurídico que estrutura as diretrizes legais do dos conceitos de Meio Ambiente e Educação Ambiental, procuramos estabelecer algumas conexões com a corrente pedagógica conhecida como “EA Crítico-Conservadora”, de caráter dialético, estruturada sobre as prerrogativas da pedagogia da autonomia. Tais conexões tem por objetivo, promover uma leitura dos documentos oficiais que permitam evidenciar o caráter conservador e reducionista que permeava nossa política sobre o Meio Ambiente, em especial no que se refere á Educação Ambiental, até a promulgação da lei N° 9.795/99, que estabelece os objetivos e as diretrizes da Política Nacional de Educação Ambiental.

Palavras-chave: Legislação; Meio Ambiente; Educação.

AS EXPERIÊNCIAS DE LUTA PELA TERRA NA REGIÃO DE ARARAQUARA (SP): UM ESTUDO A PARTIR DA MEMÓRIA DAS FAMÍLIAS PIONEIRAS DOS ASSENTAMENTOS BELA VISTA DO CHIBARRO E MONTE ALEGRE

OLIVEIRA, Fernando Henrique Ferreira de¹; FERRANTE, Vera Lucia S. Botta²

RESUMO

Esse trabalho é um desdobramento de um projeto de dissertação (em andamento) sobre a questão agrária na região Central do Estado de São Paulo. Nesse sentido busca-se recuperar o histórico de lutas pela terra na região de Araraquara (SP) por meio da análise da memória e das histórias de vida das famílias pioneiras dos assentamentos Bela Vista do Chibarro e Monte Alegre. Destacamos a importância da trajetória de luta dessas famílias que vivenciaram e protagonizaram as transformações sociais e econômicas da região durante a década de 1980, período marcado por conflitos políticos, por greves dos trabalhadores rurais em busca de melhores condições de vida e trabalho. O uso da memória e da história de vida como ferramentas serão fundamentais para compreensão do processo de luta pela terra e constituição de assentamentos de reforma agrária a partir da memória das famílias assentadas na região de Araraquara (SP). Em relação à metodologia nos pautaremos por um estudo bibliográfico sobre o processo de luta pela terra e a constituição dos assentamentos de reforma agrária na região de Araraquara (SP), articulando com técnica de histórias de vida visando resgatar a memória das famílias pioneiras sobre as suas trajetórias de vida e experiências em projetos de reforma agrária. As memórias das famílias pioneiras dos assentamentos serão compreendidas a partir da história de vida, abordagem qualitativa da História Oral amplamente utilizada pelas ciências sociais, que prioriza obter informações sobre os fatos, os acontecimentos e as experiências na trajetória de vida dos homens e mulheres a partir de fontes orais (relatos, depoimentos e entrevistas).

Palavras-chave: Assentamentos rurais; Reforma agrária; Famílias pioneiras.

¹Licenciado em Ciências Sociais – Universidade Estadual Paulista – UNESP, Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente – UNIARA.

²Possui graduação em Ciências Econômicas pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas (1980), mestrado em Geociências pela Universidade Estadual de Campinas (1994) e doutorado em Geociências pela Universidade Estadual de Campinas (2000). Atualmente é professor da Universidade de Araraquara - Uniara..

¹Geógrafo, aluno do curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente da Universidade de Araraquara (UNIARA), Araraquara – São Paulo.

²Socióloga, professora coordenadora do curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente da Universidade de Araraquara (UNIARA), Araraquara – São Paulo.

TEMÁTICA AMBIENTAL NA EDUCAÇÃO INFANTIL DA REDE MUNICIPAL DA PREFEITURA DE BAURU-SP

FREGATI, Flávia Fernanda¹; SOSSAE, Flávia Cristina,²
GALLO, Zildo²

RESUMO

A Educação Ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não formal, constituindo dessa forma um direito do cidadão, assemelhando-se aos direitos fundamentais, porquanto estreitamente ligado aos direitos e deveres constitucionais da cidadania. Ainda, deve ser considerada como uma atividade fim, visto que ela se destina a despertar e formar a consciência ecológica para o exercício da cidadania. O espaço escolar deve oportunizar a todos viverem em condições de qualidade e como objeto de transformação. O presente estudo procura abordar a prática educativa de professores da Educação Infantil na Rede Municipal da Prefeitura de Bauru, voltada à temática ambiental e estudos ambientais na prática do espaço educativo da EMEI Edna Kamla Faina. A metodologia utilizada na pesquisa consistiu na análise das propostas de Educação Ambiental contidas nos projetos político-pedagógicos da unidade escolar e em entrevistas com roteiro semiestruturado, realizadas com a gestora e com professores que desenvolvem práticas sobre o tema. Trata-se de um estudo fundamentado numa abordagem qualitativa e se baseia na concepção de Educação Ambiental como um processo de ensino-aprendizagem voltado à construção e exercício da cidadania. Os resultados demonstraram a presença de projetos e atividades em Educação Ambiental, desenvolvidas como pontos isolados como reciclagem, água e lixo. No entanto, tais resultados apontam a ausência de fundamentos teóricos, conceituais e metodológicos que alicercem o trabalho pedagógico com a temática ambiental na escola.

Palavras-chave: Educação Ambiental; Prática Pedagógica; Ensino Infantil.

¹Mestrando em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente – Universidade de Araraquara – UNIARA – Araraquara, SP.

²Docentes do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente – Universidade de Araraquara – UNIARA – Araraquara, SP.

PERFIL DO ATENDIMENTO AMBULATORIAL DO HOSPITAL REGIONAL DE PRESIDENTE PRUDENTE

OLIVA, Flávio Alberto¹; RIBEIRO, Maria Lúcia²

RESUMO

A inovação em saúde não deve ser entendida como uma ação incorporada do ponto de vista do conhecimento científico e econômico, mas como uma alternativa de responder efetivamente às necessidades de saúde da população, seja com ações na comunidade, adaptação ao meio de trabalho e mecanismos de interlocução entre comunidade e profissionais de saúde. As necessidades de saúde não se resolvem aumentando a oferta indiscriminadamente. Deve-se começar a introduzir novas práticas, novos instrumentos de realizar a atenção à saúde de forma mais integrada e eficiente. O sistema de saúde precisa ser remodelado e para isso é preciso superar a fragmentação ainda vigente no Sistema Único de Saúde (SUS) e na organização das redes de atenção. Objetivou-se neste trabalho identificar o perfil do atendimento no ambulatório do Hospital Regional de Presidente Prudente de maneira que tais informações possam contribuir para a construção ou aperfeiçoamento de políticas públicas em saúde. Como método de investigação foi utilizado o número de atendimentos no ambulatório no período de 2012 a 2015 e classificados por idade e gênero. O público feminino representa 60,47% dos atendimentos, enquanto os homens, 39,53%. O formato desigual da pirâmide sugere que sejam revistas as políticas de saúde. A análise de situação de saúde envolve o processo de identificar, formular, priorizar e explicar problemas em saúde de determinada população para produzir informações e conhecimento sobre a rede assistencial.

Palavras-chave: Rede Assistencial; Saúde, Políticas Públicas; Sistema Único de Saúde.

¹Universidade de Araraquara (UNIARA) Doutorando em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente.

²Universidade de Araraquara (UNIARA) Docente Orientadora da Universidade de Araraquara (UNIARA).

ESTRATÉGIA DE GESTÃO TERRITORIAL DO PLANO SAFRA DA AGRICULTURA FAMILIAR - (EGTPS): MESAS DE DIÁLOGO NO PONTAL DO PARANAPANEMA

*PONTES, Flávio Aparecido¹; BARONE, Luis Antonio¹
FERRANTE, Vera Lucia S. Botta¹*

RESUMO

Este trabalho apresenta parte das ações do projeto “Rede de Apoio aos Territórios da Cidadania de São Paulo: extensão e pesquisa universitária para o desenvolvimento territorial rural”. A Estratégia de Gestão Territorial do Plano Safra é uma iniciativa coordenada pela SDT/MDA cujo ponto de partida é o Plano Safra da Agricultura Familiar. O objetivo desta etapa era dar início a um processo de diálogo e pactuação e resultou no estabelecimento de acordos e compromissos sobre as alternativas/soluções para a superação dos problemas previamente identificados nos projetos de investimento feitos na área rural através do Proinf. As Mesas visam chegar a uma pactuação sobre as alternativas para superar entraves à efetivação dessa política pública. O método utilizado para a realização da Mesa de Diálogo foi a construção de um espaço de discussão, deliberação e construção de consensos para resolver os problemas identificados. No território do Pontal do Paranapanema, as mesas foram realizadas no dia 29/09/2015, acompanhando os projetos “PRONAT-028871/2010 Base de Serviços” e “Convênio 305.56368/2009 - Horta e viveiro de mudas, nos municípios de Mirante do Paranapanema e Sandovalina respectivamente. As mesas facultaram que ações conjuntas fossem tomadas para que os entraves fossem solucionados. A partir do reconhecimento dos bloqueios, formas de solução e responsáveis pelas ações foram definidos, assim como metas e cronogramas. O CODETER, que elegeu os projetos alvos da Estratégia, monitora as ações e considera como positivos os resultados. Para além da execução das metas pactuadas, o engajamento conjunto dos agricultores e gestores públicos possibilitou a resolução de vários entraves, contribuindo de forma efetiva para melhor integração das ações para o desenvolvimento territorial.

Palavras-chave: Agricultura familiar; Políticas públicas; Gestão participativa; Desenvolvimento territorial.

ANÁLISE DO PROGRAMA MUNICIPAL DA AGRICULTURA DE INTERESSE SOCIAL DA CIDADE DE ARARAQUARA

*OTRENTI, Gabriela ; SANTOS, Talita
PIERINI, Alexandre José¹*

RESUMO

A agricultura familiar vem se desenvolvendo de forma vertiginosa nos últimos anos. Os debates relacionados à produção de alimentos tendo como base os preceitos da sustentabilidade vem ganhando terreno no âmbito da organização de políticas. Tendo em vista o debate e as questões relacionadas à agricultura familiar da cidade de Araraquara o presente projeto tem o objetivo de analisar o Programa Municipal da Agricultura de Interesse social do município. A metodologia terá como base entrevistas com engenheiros agrônomos envolvidos na política pública e com representantes da agricultura familiar, assim como a análise das estatísticas apresentadas entre os anos de 2014 e 2015.

Palavras-chave: Agricultura familiar; Política Pública; Programa Municipal de Agricultura de Interesse social

¹Programa de pós-graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente – Universidade de Araraquara – Uniara.

¹Discentes do curso de Graduação em Agronomia da Universidade de Araraquara – UNIARA.

²Programa de Doutorado em Desenvolvimento Territorial e Meio ambiente da Universidade de Araraquara – UNIARA.

RESUMO

O objetivo deste trabalho é apresentar a estrutura de cinco Escolas do Campo localizadas em Assentamentos Rurais em duas regiões do Estado de São Paulo: Central (Zumbi dos Palmares em Iaras e Bela Vista do Chibarro em Araraquara) e Oeste (Água Sumida em Teodoro Sampaio, Gleba XV de Novembro em Rosana e São Bento em Mirante do Paranapanema. O trabalho proposto está embasado em levantamento de dados em sites do Ministério da Educação e Cultura (MEC) no ano de 2015. São disponibilizados dados quantitativos de escolas estaduais e municipais nas modalidades de ensino Educação Infantil, Ensino Fundamental I e II, Médio, Educação de Jovens e Adultos (EJA) e Especial, referentes aos seguintes parâmetros: nº de alunos e de funcionários, infraestrutura (salas: diretoria, professores, leitura e atendimento especial); biblioteca, laboratório de informática e ciências, quadra de esportes e sanitários, equipamentos eletrônicos; fornecimento de alimentação; acessibilidade nas dependências da escola e saneamento básico. Das escolas pesquisadas, quatro são estaduais e uma municipal. Três não têm laboratório de Informática ou biblioteca e uma não possui sala de leitura. Todas utilizam água potável por meio de poço artesiano, três têm coleta de lixo periódica e tratamento de esgoto, enquanto outras duas possuem fossa e o lixo é queimado. As cinco escolas possuem a maioria dos componentes de infraestrutura descritos, além de equipamentos eletrônicos e conexão à internet. Em todas as escolas os alunos estão matriculados no Ensino Fundamental e Ensino Médio e não há matrícula no EJA ou Educação Especial. Somente uma possui alunos matriculados na Educação Infantil. Pode-se inferir significativa homogeneidade na estrutura das escolas, independentemente da sua localização no estado de São Paulo, com exceção do destino do lixo e do esgoto.

Palavras-chave: Estrutura; Escola do Campo; Assentamento Rural; Estado de São Paulo.

¹Graduada em Pedagogia (UNESP). Mestra em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente –UNIARA. Doutoranda em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente –UNIARA. Bolsista CAPES.

²Docente do Programa de Pós – Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente (UNIARA) – Araraquara. Coordenadora do Centro de Estudos Ambientais (CEAM/UNIARA).

RESUMO

As atividades empresariais têm passado por uma nova sistemática de planejamento, o compliance que busca boas práticas de planejamento e gestão de riscos, adequando-se à recente Lei Anticorrupção (Lei nº. 12.846, de 1/08/2013) em vigência desde janeiro de 2014 e dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, com responsabilização na esfera administrativa e judicial, além de possibilitar o chamado acordo de leniência que é a colaboração com o processo administrativo e que pode minimizar as penas impostas pela aludida lei que, inclusive, é extensível às demais empresas do grupo empresarial envolvido. Desse modo, ter observância na prática do compliance é medida salutar ao desenvolvimento empresarial, cujo enfoque é o de mensurar os riscos e gerir a atividade empresarial sob conformidade às legislações e normas aplicáveis. Tal qual ocorre com as empresas que utilizam barragens para o desenvolvimento de sua atividade, como as de exploração de mineração e energia. Nesse aspecto, a adoção do compliance merece atrelar-se às normas de segurança de barragens como a Lei nº. 12.334, de 20/09/2010, que estabelece a Política Nacional de Segurança de Barragens para qualquer forma de uso, destinação e rejeitos, criando o Sistema Nacional de Informação sobre Segurança de Barragens e determinando a elaboração anual do Relatório de Segurança de Barragens sob coordenação da Agência Nacional de Águas que deve ser remetido ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos que poderá sugerir adequações e que remeterá ao Congresso Nacional. Conclui-se que os meios estão disponíveis para um resultado responsável demonstrando correto planejamento empresarial.

Palavras-chave: Compliance; Mineração; Sustentabilidade; Legislação.

¹Programa de pós-graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente – Universidade de Araraquara – Uniara.

NÚCLEO DE PESQUISA E EXTENSÃO EM AGROECOLOGIA: METODOLOGIAS PARTICIPATIVAS, GERAÇÃO DE RENDA E CONVERSÃO ECOLÓGICA

*DUVAL, Henrique Carmona¹; GÊMERO, César Giordano¹;
FERRANTE, Vera Lucia S. Botta¹; COSTA, Manoel Baltasar Baptista da¹*

RESUMO

A presente comunicação apresenta os primeiros resultados da constituição de um Núcleo de Pesquisa e Extensão em Agroecologia, na Universidade de Araraquara – UNIARA, criado em dezembro de 2014. O núcleo busca contrapor o atual modelo de desenvolvimento rural preconizado na região Central do estado de São Paulo, centrado por uma agricultura fundamentada na monocultura e na aplicação intensiva de pacotes agrícolas, causadores de dependência em relação às agroindústrias. Através de pesquisa-ação e metodologias participativas com agricultores familiares, realizamos diagnósticos de associações e cooperativas e suas principais dificuldades para a prática de uma agricultura de base ecológica aliada à geração de renda e a processos produtivos com maior autonomia. Foram criadas seis frentes principais de trabalho: transição de hortas, criação de galinha, sistemas agroflorestais, plantas medicinais, escolas rurais e atividades de experimentação no Ibiotec. A partir de capacitações e acompanhamento dos grupos, realizamos ações de experimentação, adubação verde, uso da matéria orgânica, compostagem, quebra-vento, biofertilizantes e instalação de unidades demonstrativas em sistemas agroflorestais, sistemas de produção agroecológico de aves, desidratação de plantas e caravaninhas agroecológicas. Tais ações exigem um cuidado especial para não se retirar as especificidades dos grupos e dos indivíduos, bem como saber lidar com os desafios e as resistências da organização social e da transição agroecológica. Sem a pretensão de realizar um projeto difusionista nos termos clássicos da extensão rural brasileira, interessa-nos o processo educativo e a construção do conhecimento em agroecologia, como paradigma de produção, situação esta que tem que ser compreendida de forma processual.

Palavras-chave: Uniara; Extensão Universitária; Agroecologia; Agricultura Familiar.

Apoio Financeiro: CNPq

¹Programa em Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente – Uniara (Universidade de Araraquara).

CONTRIBUIÇÃO DO PROCESSO DA TRANSIÇÃO AGROECOLÓGICA DE SISTEMAS AGROFLORESTAIS EM ASSENTAMENTOS NA REGIÃO CENTRAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

JUNIOR, Joviro Adalberto¹; COSTA, Manoel Baltasar Baptista da²

RESUMO

Este trabalho está sendo desenvolvido nos assentamentos Bela Vista e Monte Alegre, localizados em Araraquara/SP, e compõe Projeto apoiado pelo CNPq, edital 039/201 de “Pesquisa-Ação pautada pela Agroecologia junto à Agricultura Familiar da região central do estado de São Paulo”, coordenado pelo Programa de Mestrado em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente da Universidade de Araraquara (Uniara). Os sistemas agroflorestais são experiências locais que podem validar os princípios e enriquecer a própria concepção teórica de agroecologia. O resgate destas práticas tradicionais baseada na agrobiodiversidade, aliado ao conhecimento científico, está cada vez mais sendo sistematizado para amparar a tecnologia de transição agroecológica. Nesse trabalho foram implantados e avaliados dois arranjos agroflorestais, o primeiro em condições de área de pastagem degradada com a implantação de um sistema silvipastoril visando o bem estar de um rebanho bovino leiteiro, o segundo em área de lavoura anual sob regime convencional de produção de cana-de-açúcar e milho com a instalação de um sistema visando a produção cafeeira, nos Assentamentos Monte Alegre e Bela Vista do Chibarro, respectivamente. Nestes sistemas foram manejadas culturas anuais, frutíferas, pastagens e espécies florestais. Os arranjos estudados, além de resgatarem uma prática tradicional, podem demonstrar serem: produtivos, capaz de gerar renda, segurança alimentar e prestarem importantes serviços ambientais.

Palavras-chave: Agroecologia; Sistemas Agroflorestais; Sustentabilidade; Segurança Alimentar.

Apoio Financeiro: CNPq.

¹Universidade de Araraquara - UNIARA, Araraquara/SP.

²Docente (Orientador) Universidade de Araraquara - UNIARA, Araraquara/SP

PRODUÇÃO DE ALIMENTOS DE BASE AGROECOLÓGICA EM ASSENTAMENTO DE REFORMA AGRÁRIA DE ARARAQUARA

JUNIOR, Joviro Adalberto¹

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo relatar sobre a possibilidade de produção, de base agroecológica promovido pelo Curso “Horticultor Orgânico” realizado junto ao grupo de agricultores (as) residentes no Assentamento Monte Alegre, localizado no Município de Araraquara (SP), por meio do Programa de capacitação do SENAR - Serviço Nacional de Aprendizagem Rural, na modalidade de qualificação profissional. Esse curso foi articulado pelo Sindicato Rural Patronal de Araraquara e pelo ITESP - Instituto de Terras do Estado de São Paulo, José Gomes da Silva. Durante o curso levantaram-se as potencialidades de produção e expectativas dos/as produtores/as no que se refere à produção de alimentos orgânicos nos princípios da Agroecologia. Demonstra neste relato a ênfase da intervenção pedagógica da Educação do Campo, alinhada aos anseios dos produtores/as quanto à melhoria da qualidade de vida baseado na produção de alimentos saudáveis, na perspectiva da transformação da realidade ambiental, social, cultural e econômica.

Palavras-chave: Sustentabilidade; Agricultura Familiar; Produção Orgânica; Agroecologia.

A PARTICIPAÇÃO DE MULHERES ASSENTADAS NAS POLÍTICAS PÚBLICAS: O CASO DO PRONAF MULHER NO ASSENTAMENTO MONTE ALEGRE EM ARARAQUARA/SP

IZIDORO, Laís Túbero¹; FERRANTE, Vera Lucia S. Botta²

RESUMO

O trabalho que se apresenta, é estruturado por considerações elaboradas a partir de uma pesquisa que tem por objetivo verificar a eficácia das políticas públicas voltadas para as mulheres com o intuito de corrigir as desigualdades de gênero. Deste modo, delimitamos o Pronaf Mulher para nossas análises, buscando compreender de que forma ele se apresenta no assentamento Monte Alegre, localizado no município de Araraquara/SP. O universo empírico analisado foi selecionado devido às especificidades tanto nos processos de implantação quanto em sua relevância política e econômica na região. No que se refere aos procedimentos metodológicos realizamos uma revisão bibliográfica sobre o tema, além de trabalhos de campo a fim de se conhecer como ocorrem as relações de gênero no assentamento. Buscando entender o papel dos agentes mediadores, realizamos uma entrevista semiestruturada com um funcionário do Banco do Brasil, instituição responsável pela operacionalização do Pronaf Mulher e com um funcionário do ITESP, instituição responsável por formular os projetos para pleitearem esta política de crédito. Com o intuito de compreender os sujeitos, realizamos entrevistas também semiestruturadas com mulheres do assentamento Monte Alegre, procurando identificar os avanços e os entraves que ainda existem em relação a participação das mulheres nos espaços institucionais. Como considerações preliminares podemos apontar que embora seja específico para as mulheres, o Pronaf Mulher não está sendo acessado pela maioria das trabalhadoras no assentamento pesquisado, o que pode supor que não consiste em uma política pública que leva em consideração as relações de gênero, já que não pressupõe as assimetrias de poder existentes dentro do núcleo familiar das assentadas. A falta de informação e a falta de diálogo entre as mulheres assentadas e os agentes mediadores, têm sido apontadas como os principais entraves de acesso das mulheres a esta política pública. Por outro lado, o Pronaf Mulher promove avanços no sentido de cidadania feminina, uma vez que se faz como o reconhecimento governamental das assentadas como trabalhadoras rurais.

Palavras-chave: Pronaf Mulher; Relações de Gênero; Políticas Públicas, Assentamentos Rurais; Participação Social.

Apoio Financeiro: CAPES

¹Universidade de Araraquara - UNIARA, Araraquara/SP e Docente (Orientador) SENAR - Serviço Nacional de Aprendizagem Rural

¹Mestranda em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente – UNIARA

²Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente – UNIARA.

SILVA, Luis Gustavo da¹; HERRMANN, Hildebrando²

RESUMO

Embora o Brasil possua um sistema jurídico essencialmente baseado na Civil Law, os precedentes judiciais foram adotados pelo novo código processual civil com a finalidade de imprimir maior segurança jurídica aos jurisdicionados e maior celeridade ao trâmite processual. No Novo Código de Processo Civil é possível perceber a intenção do legislador em aproveitar os fundamentos do Common law e do stare decisis com o objetivo de privilegiar a busca pela uniformização e estabilização da jurisprudência e garantir a efetividade do processo, notadamente das garantias constitucionais. É assim um novo mecanismo de amparo e proteção ao meio ambiente, cujo objetivo do presente artigo é trazer apontamentos sobre a temática dos precedentes judiciais em relação ao meio ambiente.

Palavras-chave: Uniformização da Jurisprudência; Precedentes Judiciais; Meio Ambiente.

¹Universidade de Araraquara/SP - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente

²Docente (Orientador) Universidade de Araraquara/SP - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente

ARAUJO, José Hilton Pereira de¹; CARVALHO, Romário de Almeida¹; MAGUETA, Luis Gustavo Ribeiro¹; PONTES, Flávio Aparecido²

RESUMO

Este trabalho apresenta parte dos resultados de um estudo sobre a coleta e a destinação de lâmpadas fluorescentes, partindo do entendimento que o objetivo principal da logística reversa é a gestão e a distribuição do material descartado tornando possível o retorno de bens ou materiais constituintes ao ciclo produtivo agregando valor econômico, ecológico. Nas lâmpadas são encontrados materiais como o alumínio, plástico, mercúrio, tungstênio, níquel, cobre e ferro. A camada branca, chamada de fósforo, é geralmente um clorofluorofosfato de cálcio, com antimônio, manganês e mercúrio (1 a 2%). A quantidade desses componentes menores pode mudar ligeiramente, dependendo da cor da lâmpada. Uma lâmpada padrão de 40 watts possui cerca de 4 a 6 gramas de poeira fosforosa. É fundamental manter os produtos que contêm mercúrio, separados do lixo comum, esses produtos são classificados como resíduos perigosos se excederem o limite regulatório de toxicidade (0,2 mg.L⁻¹). Uma vez separados, os resíduos com traços de mercúrio podem, ser tratados objetivando a recuperação do mercúrio neles contidos minimizando o volume de mercúrio descarregado ao meio ambiente, a opção de reciclagem, com a consequente recuperação do mercúrio, é considerada a melhor solução. Embora os subprodutos resultantes do processo de reciclagem, tais como vidro, alumínio, pinos de latão e mercúrio tenham baixo valor agregado: R\$20,00/tonelada para o vidro; R\$900,00/tonelada para o alumínio; R\$900,00/tonelada para o latão e R\$0,04 a R\$ 1, 12/grama para o mercúrio, variando em função do seu grau de pureza. A opção de reciclagem contribui de forma significativa com a sustentabilidade e preservação do meio ambiente, no caso estudado são coletadas mensalmente mais de 350 unidades de lâmpadas fluorescentes.

Palavras-Chave: Logística Reversa; Reciclagem; Meio Ambiente.

¹Discente do curso técnico em Logística do Instituto Federal de São Paulo - IFSP - Campus de Boituva

²Docente em Gestão do Instituto Federal de São Paulo - IFSP Campus Boituva- Doutorando em Desenvolvimento Territorial – UNIARA e Docente (Orientador) IFSP - Campus Boituva

A EDUCAÇÃO DO CAMPO SOB A PERCEPÇÃO DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS: APONTAMENTOS IDENTITÁRIOS

MELO, Manoel Valquer Oliveira¹; FERRANTE, Vera Lucia S. Botta²
QUEDA, Oriowaldo²

RESUMO

O presente trabalho tem como escopo analisar a educação do campo sob a percepção das representações sociais e seus aspectos identitários. O mote é tentar compreender como vai se desenvolver a construção das identidades dos sujeitos rurais a partir de percepções institucionalizadas e do senso comum. Para alcançar o objetivo proposto, utilizaremos como base empírica de análise uma experiência coletiva transcorrida no agreste de Alagoas através do Programa de apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo/PROCAMPO, no âmbito da Universidade Estadual de Alagoas - UNEAL. O princípio norteador desta abordagem busca problematizar os desdobramentos teóricos e metodológicos que foram cristalizados na construção da memória dos sujeitos pertencentes ao mundo rural brasileiro. Destacaremos que a normatividade da dimensão identitária se faz presente nas diretrizes dos documentos oficiais da política educacional nacional, a oferta para a educação do campo baseia-se na tentativa de homogeneização da diversidade de coletivos distintos, a saber: quilombolas, caiçaras, ribeirinhos, extrativistas, colonos, entre outros. Salientamos que a relação socioespacial desses grupos com o ambiente rural se articula de forma diversificada, pois existem outros interesses e estruturas que congregam na produção de outras representações sociais. Espera-se identificar as representações sociais da educação do campo a partir do olhar dos sujeitos do programa PROCAMPO fundamentando os aspectos identitários da memória do gênero associado ao mundo rural brasileiro. Com base no itinerário teórico da psicologia social propomos um diálogo com práticas e interesses em comum, na tentativa de postular uma percepção consolidada para compreender as representações sociais e as identidades construídas.

Palavras-chave: Educação do campo; Representações sociais; Identidade

¹Universidade de Araraquara - UNIARA

²Docente da Universidade de Araraquara - UNIARA

ARBORIZAÇÃO APÍCOLA VIÁRIA COM POTENCIAL TÓXICO PARA ABELHAS: ESTUDO DE CASO DE PARTE DA ZONA 02 DE MARINGÁ, PR

LEMES, Marci Aparecida¹; FERRAZ, José Maria Gusman²;
TEIXEIRA, Denilson³

RESUMO

A arborização de acompanhamento viário e as abelhas oferecem inúmeros serviços ambientais. A vegetação através da flora fornece o pasto e as abelhas retribuem polinizando e mantendo a biodiversidade. Analisando o levantamento quali-quantitativo da arborização viária implantada por projeto paisagístico, defronte a 98 lotes de parte da Zona 02 de Maringá, PR., efetuado em 2011 e 2012, observou-se a incidência de apícolas com potencial tóxico para abelhas, surgindo as indagações: A população residente tem conhecimento se a vegetação frente ao lote possui potencial tóxico para abelhas? Se possui, qual o motivo para mantê-la? Se não possui, após adquirir, como pretende efetuar a gestão? Objetivos gerais: Levantamento quantitativo da arborização viária com potencial tóxico para abelhas; levantamento das ações da população em face do poder público para a gestão desse patrimônio verde; avaliação da percepção ambiental dos moradores e do conhecimento do potencial tóxico de algumas espécies para abelhas. Objetivos específicos: Contextualizar sinteticamente a arborização viária de parte da Zona 02, com potencial tóxico para abelhas; Contextualizar a percepção ambiental dos atores residentes e seu conhecimento sobre o potencial tóxico de algumas espécies, colhendo suas opiniões para a melhoria da gestão. Resultados preliminares: foram contados 464 indivíduos arbóreos e arbustivos, 4 não foram identificados. Dos identificados, 459 possuem potencial apícola e desses, 91 possuem potencial tóxico para abelhas, resultando em (19,82%) para as apícolas e (18,61%) para o total da amostra. A Sibipiruna, nativa, foi a com potencial tóxico de maior ocorrência com 84 indivíduos, seguida das exóticas, Espatódea e Espirradeira, com 4 e 3 indivíduos, predominando as nativas sobre as exóticas.

Palavras-chave: Abelhas; Arborização apícola tóxica; Arborização viária urbana da Zona 02 de Maringá-PR; Percepção ambiental dos atores residentes.

¹Doutoranda em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente pela Universidade de Araraquara - SP - UNIARA.

²Pós-doutorado em Agroecologia pela Universidade de Córdoba (UCO) Córdoba Espanha.

³Doutorado em Ciências da Engenharia Ambiental pela Universidade de São Paulo, USP.

AVALIAÇÃO DA TOXICIDADE DO FUNGICIDA PYRIMETHANIL, UTILIZANDO O BIOINDICADOR: *Eisenia fetida* (OLIGOCHAETA:LUMBRICIDAE)

LIMA, Mariana Futenma de¹; GORNI, Guilherme Rossi²

RESUMO

A poluição se manifesta de diversas formas, seja a poluição do ar, da água ou do solo, cada uma tem seu impacto ao meio ambiente. Devido às ações antrópicas o nível de poluição vem se tornando cada vez mais preocupante, por esse motivo estudos vem sendo realizados a fim de amenizar os impactos causados ao meio ambiente. Um dos fatores que agravam a poluição do solo, muito utilizado na agricultura convencional, são os fungicidas, que possuem compostos químicos tóxicos em sua composição. Um desses compostos é o Pyrimethanil (PYR), N - (4-6 dimetilpirimidina-2-il) anilina, pertencente ao grupo químico anilinopiridínico. A ecotoxicologia estuda os efeitos das substâncias químicas sobre os organismos vivos, podendo a resposta ser aguda ou crônica, sendo uma ferramenta auxiliar nas análises de impactos ambientais causados por tais substâncias, estimando assim sua toxicidade em relação ao organismo teste utilizado. A espécie de minhoca *Eisenia fetida* tem sido muito utilizada para testes ecotoxicológicos em solo, por apresentarem alta sensibilidade a diversos produtos químicos e pela facilidade de serem mantidas em laboratório. O presente trabalho tem como objetivo analisar e avaliar a toxicidade do PYR, por meio de biotestes utilizando organismos terrestres da espécie *E. fetida* e posteriormente analisar a possível erosão gênica causada por esse composto. Contudo, espera-se poder contribuir para novas pesquisas, com o intuito de apontar soluções para amenizar o impacto desses compostos ao meio ambiente e aos os organismos ali presentes.

Palavras-chave: Ecotoxicologia; *Eisenia fetida*; Erosão Gênica; Fungicida; Pyrimethanil.

¹Universidade de Araraquara (UNIARA) Graduação em Ciências Biológicas, Araraquara/SP e Bolsista pela Fundação Nacional de Desenvolvimento do Ensino Superior Particular (FUNADESP).

²Universidade de Araraquara (UNIRA) Docente e Orientador da Universidade de Araraquara (UNIARA), Araraquara/SP.

A GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS NA MINERAÇÃO: CAMINHOS PARA A SUSTENTABILIDADE

LOPES, Mario Marcos¹; SILVA, Adriana Maria Risso Caires²
TEIXEIRA, João Francisco Othon³; JUNIOR, Antonio Carlos Fuzaro⁴

RESUMO

O Brasil tem registrado uma relação importante entre o aproveitamento dos recursos minerais e o crescimento da economia nacional. Atualmente, a mineração é um dos setores básicos da economia do país, representando cerca de 9% do Produto Interno Bruto - PIB e gerando aproximadamente 500 mil empregos diretos. Entretanto, a atividade mineradora provoca, como várias outras atividades econômicas, problemas ambientais em particular aos recursos hídricos no que se refere à poluição das águas e à degradação de áreas sob exploração mineral. Diante do exposto, esse trabalho de cunho bibliográfico, tem por objetivo apontar os princípios norteadores da gestão de recursos hídricos na mineração com a adoção de práticas operacionais e o desenvolvimento de estudos e projetos que consideram as disponibilidades hídricas e potenciais conflitos nas bacias hidrográficas e sistemas hidrogeológicos em que atuam. Observa-se que a temática tem sido foco de atenção nos últimos dez anos, principalmente nas grandes empresas de mineração que tem buscado a implementação de ações que visam à mitigação desses impactos ambientais. Por fim, a pesquisa aponta alguns desafios relacionados à gestão de recursos hídricos no setor de mineração que necessitam ser superados: eficiência no uso dos recursos, principalmente em regiões onde há escassez de água; gestão e tratamento de efluentes gerados do processo de produção; tendências legislativas relacionadas à cobrança pelo uso da água e gestão da transparência no relacionamento com as partes interessadas.

Palavras-chave: Gestão; Sustentabilidade; Mineração.

¹Mestre em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente – UNIARA. Docente do Centro Universitário Barão de Mauá e Professor/tutor da Universidade Federal de São Paulo.

²Mestre em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente – UNIARA. Docente no Instituto Municipal de Ensino Superior de Catanduva - Imes Catanduva.

³Mestre em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente – UNIARA. Docente no Instituto Municipal de Ensino Superior de Catanduva - Imes Catanduva.

⁴Mestre em Administração – Centro Universitário Moura Lacerda - Ribeirão Preto. Professor de Direito Empresarial e Direito Ambiental no Instituto Municipal de Ensino Superior de Catanduva - Imes Catanduva

PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS NO ENSINO DE CIÊNCIAS- EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

SILVA, Nilza Rodrigues da¹; SOSSAE, Flavia Cristina²;
RIBEIRO, Maria Lucia²

RESUMO

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) foram produzidos e direcionados com o propósito de nortear os currículos oficiais de todas as modalidades do ensino básico. Com o objetivo de trabalhar o ensino de ciências na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA) do 1º ao 4º termo, na escola EMEF Benta Maria Ragassi o professor elabora o seu plano de aula direcionado à vivência dos alunos. A análise dos PCNs e das legislações do EJA foi desenvolvida com base em pesquisas de documentos oficiais publicados pelo Ministério da Educação (MEC). Os PCNs compreendem: um Documento Introdutório; um documento para cada uma das seis disciplinas (Língua Portuguesa, Matemática, Ciências da Natureza, História, Geografia, Arte e Educação física e três volumes trabalhados em eixos temáticos: Tema Transversal e Ética; Pluralidade Cultural e Orientação Sexual; Meio Ambiente e Saúde. Estes documentos são subdivididos em ciclo I (1º ao 5º ano) e ciclo II (6º ao 9º ano), Ensino Médio. O volume referente ao PCN de Ciências da Natureza está em dois módulos: um direcionado ao ensino fundamental que discorre os assuntos da disciplina de ciências, enquanto o segundo ao terceiro e quarto ciclo com discussões sobre o processo de ensino aprendizagem. Na parte final do documento são relatadas orientações didáticas com discussões de projetos e trabalhos diversificados e interdisciplinares. Considerando que não há documento oficial de PCNs do ensino de ciências específico para EJA, por não pertencer à categoria do ensino básico, e que as orientações estabelecidas exclusivamente para EJA não disponibilizam conteúdo desta disciplina o professor deve adaptar o plano de ensino de acordo com o componente curricular de forma contextualizada selecionando temas do material didático adotado pela escola.

Palavras-chave: Parâmetros Curriculares Nacionais; Educação de Jovens e Adultos; Ensino de Ciências; Currículo.

¹Mestrando em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente – Universidade de Araraquara

²Docente em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente – Universidade de Araraquara

PROTEÇÃO AOS CONHECIMENTOS TRADICIONAIS ASSOCIADOS À BIODIVERSIDADE

GOMES, Patrícia Guedes Gomide Nascimento¹; JUNIOR, Wilson José Figueiredo Alves¹

RESUMO

O uso dos conhecimentos tradicionais associados à biodiversidade tornou-se importante a partir do século passado, ante a evolução da tecnologia e ciência e do uso desses conhecimentos pela indústria. O uso e acesso desautorizado ao patrimônio genético, a esses conhecimentos e a sua conversão em patente levou ao debate sobre a necessidade de proteção, oportunizando a Convenção sobre a Diversidade Biológica, proposta pela ONU durante a Rio-92, firmada pelo Brasil, com objetivo, dentre outros, de respeitar e manter a diversidade biológica e esses conhecimentos. O Brasil não dispunha de uma lei para garantir a proteção pretendida pela CDB, mas entendia-se que a lei da propriedade industrial seria suficiente para protegê-lo. A falta de uma lei específica levou especialistas a desenvolver um regime *sui generis* de proteção, capaz de tratar esses conhecimentos como: um direito intelectual coletivo e permanente, transmitido oralmente de geração para geração, cujo acesso e uso dependem de autorização. Assim, surgiu a Medida Provisória nº 2.186-16/2001, sucedida pela Lei 13.123/2015. A pesquisa objetiva verificar a proteção conferida a esses conhecimentos, o regime jurídico *sui generis* de proteção e ainda se a nova lei trata adequadamente dessa proteção. A metodologia consiste no levantamento bibliográfico do tema, análise da legislação nacional, acordos e convenções que abordem o tema e através do exame do caso Acheflan. Trata-se de ação proposta pelo Laboratório Aché contra a União, visando não repartir benefícios com a União e com a comunidade tradicional que detém o conhecimento utilizado. O novo Decreto que regulamenta a Lei dispõe também sobre a proteção, uso, repartição de benefícios, concluindo que a nova Lei garante proteção a esses conhecimentos.

Palavras-chave: Conhecimentos Tradicionais Associados; Biopirataria; Proteção.

Apoio Financeiro: CAPES

¹Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente da Universidade de Araraquara – Uniara.

O REGISTRO DE IMÓVEIS COMO REPOSITÓRIO DOS TÍTULOS MINERÁRIOS

CAIRES, Robson Passos¹; CAIRES, Erica Trinca¹;
HERRMANN, Hildebrando¹

RESUMO

As atividades minerárias são de extrema importância para o Mundo Moderno, com inúmeros impactos positivos para a sociedade como um todo. Diante de características técnico-econômicas especiais, bem como da dualidade da propriedade, é de suma importância conhecer os registros da propriedade do solo e, em especial, dos títulos minerários. Nesse cenário, os Cartórios de Registro de Imóveis se apresentam como peças fundamentais do sistema jurídico em relação a publicidade segura de títulos dominiais. Justifica-se o trabalho pela importância de se fazer um estudo interdisciplinar sobre a matéria em tela, buscando suprir uma lacuna doutrinária no debate que conjugue Direito Minerário e Direito Registral Imobiliário. Seu objetivo geral é comprovar a importância da averbação dos títulos minerários na matrícula do imóvel. São objetivos específicos: entender o modelo de publicidade adotado pelo Código de Mineração de 1967 e o proposto pelo Projeto do Novo Marco Regulatório; estudar o modo de publicidade eleito pelo Direito Registral Imobiliário; verificar possíveis contribuições do Registro de Imóveis para adoção de um novo sistema de publicidade dos títulos minerários. Trata-se de pesquisa de natureza analítica, sendo utilizado o método indutivo-dedutivo, de abordagem interdisciplinar, qualitativa e dialética. A técnica de pesquisa que prevalece é a documentação indireta (pesquisa documental e bibliográfica). Os dados colhidos fizeram chegar à inevitável conclusão de que é necessária a publicização dos títulos minerários perante o Registro de Imóveis. Foi possível constatar, no que tange a publicidade segura, a possível contribuição da já solidificada estrutura conferida aos Registros de Imóveis.

Palavras-Chave: Mineração; Cartório; Publicidade; Meio ambiente; Segurança Jurídica.

¹Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente - Uniara

DIAGNÓSTICO DO ESTADO DE CONSERVAÇÃO DE NASCENTES DO ASSENTAMENTO RURAL REAGE BRASIL, MUNICÍPIO DE BEBEDOURO/SP

ELIZIÁRIO, Rubens De Oliveira¹; FERRANTE, Vera Lucia S. Botta²

RESUMO

As nascentes têm um papel fundamental para a sustentabilidade do assentamento rural Reage Brasil. A falta de ações de conservação e falta de chuvas, tem tido consequências ambientais e econômicas para as famílias desta comunidade. Objetivou-se neste trabalho apresentar a situação em que se encontram estas nascentes e suas consequências para o modo de vida deste assentamento. O qual se localiza no município de Bebedouro/SP com 84 famílias e possui seis nascentes. Tem grande diversificação agrícola e criação de animais. Para a realização do diagnóstico foram feitas visitas in loco nas seis nascentes existentes, coletas das coordenadas geográficas, imagens de satélite, fotos, medidas das matas ciliares, entrevistas e análise visual do contorno. Os resultados obtidos revelam que as nascentes deste assentamento se encontram degradadas e não existe conservação. A falta de ações efetivas de recuperação e conservação, revela a inexistência de uma política ambiental efetiva para os assentamentos rurais.

Palavras-chave: Assentamento rural; Nascentes; Área de Preservação Permanente; Mata ciliar.

¹Mestrando do programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente. Instituição: Uniara: Universidade de Araraquara/SP.

²Coordenadora do Mestrado em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente e pesquisadora do CNPQ. Instituição: Uniara: Universidade de Araraquara/SP.

ASSOCIAÇÕES AGRÍCOLAS E DESENVOLVIMENTO LOCAL EM MOÇAMBIQUE: PERSPECTIVAS E DESAFIOS (2010 – 2015): ESTUDO DO CASO ASSOCIAÇÃO LIVRE DE MAHUBO KM 10, LOCALIDADE DE MAHUBO, DISTRITO DE BOANE

LIBOMBO, Sérgio Elias¹; FERRANTE, Vera Lucia S. Botta²

RESUMO

A agricultura adotada pelo governo de Moçambique, centrada nas políticas socialistas de produção em grandes propriedades com a gerência do Estado, no período pós-independência de 1975, destruindo a estrutura tradicional de produção em pequenas escalas dos agricultores, proporcionou uma crise econômica, social e cultural dos cidadãos. Contudo, o anúncio de programa de reabilitação econômica (PRE) em 1987, foi fundamental para criação de políticas públicas viradas para o desenvolvimento local e surgimento das associações agrícolas independente dos sistemas políticos. Daí, as comunidades locais passaram a usar o movimento associativo como alternativa para suprimir os problemas que lhes apouca como a fome. O presente trabalho buscou compreender a realidade organizacional da associação agrícola Livre de Mahubo 10 do distrito Boane no país de Moçambique e como ela contribui para desenvolvimento da comunidade. Além da revisão bibliográfica e documental, foi feita a pesquisa do campo onde aplicamos questionário e entrevista numa amostra de setenta e cinco por cento dos associados e do pessoal administrativo. Nas análises preliminares dos dados, constatamos: ausência dos gestores de políticas públicas atuantes na localidade; crença na autoridade tradicional local, o Régulo, como indivíduo dotado de poderes extranaturais para dar bênçãos a todos os empreendimentos a serem erguidos; valorização das organizações não governamentais que trabalham na região para promoção de desenvolvimento local. Os produtores agrícolas estão a favor na associação e ou cooperativa, mas tal interesse está na insegurança quanto à posse de terra que pode afetar o desenvolvimento da comunidade.

Palavras-chave: Associações Agrícolas; Impacto; Desenvolvimento Local, Moçambique.

¹Mestrando do programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente Uniara: Universidade de Araraquara/SP

²Coordenadora do programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente Uniara: Universidade de Araraquara/SP

COLETA SELETIVA EM BOITUVA - SP: COOPERA BOITUVA SUA ATUAÇÃO E A CONTRIBUIÇÃO COM MEIO AMBIENTE

*MOTA, Stephany Dias Mota¹; MIRANDA, Rodrigo Camargo¹;
SILVA, Jenniffer Kelly Maria da¹; MARTINS, Théo Lubliner²;
PONTES, Flávio Aparecido³*

RESUMO

Este trabalho apresenta parte dos resultados de um estudo sobre a coleta e a logística dos resíduos recicláveis na cidade de Boituva - SP. Coleta seletiva denomina-se aquela aplicada sobre os resíduos recicláveis, os quais devem ter sido previamente separados dos resíduos orgânicos por um cidadão, empresa ou outra instituição e disponibilizados para a coleta. Para o desenvolvimento deste trabalho utilizamos a seguinte metodologia levantamento bibliográfico e pesquisa junto dos cooperados que realizam a coleta seletiva no município, para isso realizamos entrevistas com os mesmos por meio de roteiros estruturados que nos permitiram entender como foi formada a cooperativa “Coopera Boituva”, como se dá sua organização e seu funcionamento e ainda algumas particularidades relativas à coleta seletiva. Dentre os principais resultados inferimos que a Coopera Boituva é formada por 28 pessoas, dentre os quais 60% são mulheres e cada cooperado recebe mensalmente em torno de R\$800,00 a R\$1.100,00. São três grupos de trabalho que realizam a separação dos materiais, e há dois caminhões que realizam de segunda a sexta-feira roteiros de coleta em todos os bairros do município. São coletadas cerca de 2 toneladas diariamente e papelão/papéis representam 70% da quantidade do material coletado e pelos materiais vendidos (papel, plásticos e metais) recebem de R\$ 0,17 a R\$ 0,32 centavos por quilograma. A coleta seletiva por meio da logística reversa garante renda às famílias envolvidas e contribui para melhoria do ambiente uma vez que retira e dá novos usos a materiais que não irão para o aterro sanitário, bem como contribui com a economia de recursos naturais, já que deixam de ser utilizados materiais “virgens” na produção de bens de consumo e suas embalagens.

Palavras-chave: Coleta Seletiva; Políticas Públicas; Gestão Participativa; Cooperativismo.

¹Discente do curso técnico em Logística do Instituto Federal de São Paulo - IFSP Campus de Boituva

²Docente em Gestão do Instituto Federal de São Paulo - IFSP Campus Boituva

³Docente em Gestão do Instituto Federal de São Paulo - IFSP Campus Boituva- Doutorando em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente – Uniara

ATUAÇÃO DO ESTADO DE MINAS GERAIS NA PREVENÇÃO DA CRIMINALIDADE JUVENIL

OLIVEIRA, Elisa de¹; OLIVEIRA, Zaira Garcia de²

RESUMO

Atualmente os meios de comunicação vêm difundindo cada vez mais sobre o crescimento dos atos delituosos praticados por crianças e adolescentes, e devido ao crescente aumento na criminalidade juvenil a sociedade passa a cobrar mais do Estado solicitando que este busque soluções para a diminuição deste problema. O Estado que é tido como a principal entidade responsável por promover o desenvolvimento em sua amplitude de aspectos, passa a ser questionado, destacando por vezes, sua ineficiência e ineficácia. O Estatuto da Criança e do Adolescente ECA, tem como principal função a proteção integral de crianças e adolescentes, considerando estes, sujeitos em desenvolvimento. Tem-se por escopo realizar uma avaliação das políticas públicas estas destinadas à prevenção da criminalidade para crianças e adolescentes de Minas Gerais. Estas políticas públicas integram ações por meio das quais o Estado interfere na realidade, e avaliar a eficiência e eficácia dessas políticas o que é de suma importância para verificarmos se os objetivos propostos quando da criação dessas políticas têm sido cumpridos e onde estão as possíveis falhas dessas políticas. Para a execução deste será utilizada a pesquisa documental e bibliográfica. No decorrer da avaliação surgem vários questionamentos entre eles, Quais ações tem sido desenvolvidas com vistas à prevenção da criminalidade em Minas Gerais?; Até o presente momento, tendo em vista que a pesquisa está em andamento, observamos que faltam espaços para as crianças e adolescentes praticarem atividades, sejam elas esportivas ou educacionais, as famílias se encontram desestruturadas ao passo de não conseguir fornecer o apoio necessário a esta crianças e adolescentes, o que contribui para o crescimento da criminalidade.

Palavras-chave: Políticas Públicas; Crianças e Adolescentes; Criminalidade; Minas Gerais.

¹Estudante do Curso de Direito UEMG/Passos-MG

²Docente (Orientador) Universidade do Estado de Minas Gerais e Doutoranda em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente – Uniara.

A MULHER ATRAVÉS DA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA: UMA ANÁLISE DO DESENVOLVIMENTO DA SITUAÇÃO FEMININA NA SOCIEDADE BRASILEIRA

FERREIRA, Diego Aguiar Alves¹; OLIVEIRA, Zaira Garcia de²

RESUMO

A mulher brasileira, através de sua história, foi muito apresentada como frágil, impotente e dependente. Assim, em uma sociedade em que o homem é mais valorizado, a igualdade cresce com muita dificuldade, não só senso comum, como também nas normas. As normas e princípios ajudam a caracterizar uma sociedade em um determinado tempo e espaço acerca de determinado tema. Diante disso, é apresentada aqui a trajetória da mulher brasileira nesse contexto. O objetivo geral do artigo é analisar a situação da mulher brasileira através das várias legislações do país, mostrando as características sociais de cada época e o quão desigual foi essa sociedade. Para a realização deste artigo, utilizou-se do método dedutivo bibliográfico, ou seja, utiliza-se a dedução, baseando-se em referências bibliográficas, para se obter uma conclusão acerca de uma premissa. O presente artigo se mostra de extrema importância para o universo social e jurídico por apresentar e analisar a mulher brasileira à luz de cada lei, código e constituição que já passaram pelo país. Fica mais claro assim, para fator de conscientização, as dificuldades que o sexo feminino passou durante a história brasileira, o quanto sua situação mudou até os dias de hoje e o quanto precisa mudar para se ter uma sociedade igualitária.

Palavras-chave: Mulher; Legislação Brasileira; Sociedade Igualitária.

¹Estudante do Curso de Direito UEMG/Passos-MG

²Docente (Orientador) Universidade do Estado de Minas Gerais e Doutoranda em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente – Uniara.

NORMAS DE PUBLICAÇÃO

A Revista Brasileira Multidisciplinar – ReBraM é um periódico multidisciplinar do Núcleo de Produção Científica da Universidade de Araraquara - UNIARA que tem por finalidade divulgar contribuições da comunidade científica nas diferentes áreas do conhecimento.

É uma publicação semestral que recebe manuscritos em regime de fluxo contínuo.

É publicada desde 2016 em continuação à Revista UNIARA (ISSN 1415-3580). O acesso aos artigos publicados no título anterior pode ser acessado neste mesmo site.

Os manuscritos recebidos pela Revista Brasileira Multidisciplinar - REBRAM são submetidos a processo de revisão por pares. O corpo editorial escolhe pareceristas externos, especialistas na área discutida no manuscrito, sendo responsáveis por realizar avaliação cega. Esses pareceres são enviados aos autores, para possível revisão, de acordo com as sugestões e correções. Os manuscritos serão encaminhados para publicação somente após o final da avaliação pelos especialistas externos e a aprovação pelo corpo editorial da revista.

DIRETRIZES PARA AUTORES

Tipos de contribuições

Os trabalhos deverão ser enquadrados em uma das seguintes modalidades:

a) Artigos originais: **trabalhos inéditos** de pesquisa científica com no máximo 25 páginas, incluindo figuras, tabelas, quadros, esquemas, etc.;

b) Artigos de revisão: **estudo aprofundado** sobre um tema específico, uma avaliação crítica e objetiva do estado da arte e a discussão necessária para o avanço do conhecimento sobre o tema. Deverão ter no máximo 35 páginas;

c) Artigos de divulgação: **sínteses de conhecimentos** disponíveis sobre determinado tema, mediante análise e interpretação de bibliografia pertinente, com no máximo 25 páginas;

d) Comunicações breves: **resultados**

preliminares de pesquisa, com no máximo 15 páginas, incluindo figuras, tabelas e referências;

e) Resenhas: **resenhas** ou análises relevantes que possam manter a comunidade acadêmica informada sobre o avanço das reflexões na área, com no máximo 5 páginas;

Preparação dos manuscritos

As submissões dos manuscritos deverão atender aos seguintes critérios:

a) Os textos deverão ser digitados em Word, com espaço duplo, fonte Times New Roman, tamanho 12, com margens de 3,0 cm e tamanho A4. Todas as páginas devem ser numeradas no canto inferior direito (Vide template);

b) Folha de rosto: título do manuscrito em português e inglês e autores (nome completo por extenso e instituição). Não é preciso indicar formação acadêmica dos autores. Indicar o autor para correspondência e seu endereço eletrônico;

c) Resumo deverá ser redigido em um único parágrafo (com no máximo 250 palavras), de modo claro e conciso, contendo: breve apresentação do tema (introdução), objetivo, procedimentos metodológicos, resultados e conclusões, acompanhados de até 5 palavras-chave;

d) Abstract deverá corresponder a versão fiel em inglês do resumo. Deve ser acompanhado das keywords correspondentes;

e) Texto principal do manuscrito deverá ser dividido em introdução, objetivo, metodologia, resultados e discussão, conclusão e referências. No caso de resenhas, o manuscrito pode ser estruturado livremente. Recomenda-se evitar a subdivisão do texto em um grande número de subtítulos ou itens.

f) Quadros, figuras e tabelas (incluindo gráficos, esquemas, etc.) deverão utilizar o mesmo padrão de letra do texto, ser numerados sequencialmente, em algarismos arábicos, com a respectiva legenda e inseridas no corpo do texto. Além disso, também devem ser enviadas as imagens originais, em arquivos formato jpg e/ou tif, com resolução de

300 DPI.

g) Os artigos referentes a pesquisas envolvendo seres humanos e animais deverão ser acompanhados de uma cópia do parecer emitido por um Comitê de Ética em Pesquisa aprovando o desenvolvimento da pesquisa;

h) As referências deverão ser indicadas no texto pelo sistema autor-data, e elaboradas de acordo com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), conforme formatos descritos a seguir:

1) Livro SOBRENOME, Nome. Título em destaque: subtítulo. Edição. Cidade: Editora, ano. Número de volumes ou páginas. (Série). Edição do livro: - em português usar 2. ed.
- em inglês usar 2nd ed.

2) Capítulo de livro
Autor do capítulo diferente do responsável pelo livro todo: AUTOR DO CAPÍTULO. Título do capítulo. In: AUTOR DO LIVRO. Título do livro em destaque. Edição. Cidade: Editora, ano. volume, capítulo, página inicial-final da parte.

Único autor para o livro todo AUTOR DO CAPÍTULO. Título do capítulo. In: _____. Título do livro em destaque. Edição. Cidade: Editora, ano. volume, capítulo, página inicial-final da parte.

3) Artigo de periódico SOBRENOME, Nome. Título do artigo. Título do periódico em destaque, v., n., p. inicial-final, mês abreviado no idioma de origem. ano de publicação.

4) Artigo de jornal AUTOR do artigo. Título do artigo. Título do jornal em destaque, cidade de publicação, dia, mês abreviado. Ano. Número ou Título do Caderno, Seção ou Suplemento, p. seguido dos números da página inicial e final, separados entre si por hífen.

5) Dissertação, tese e monografia SOBRENOME, Nome do autor. Título em destaque: subtítulo. Ano

de publicação. Número de volumes ou folhas. Categoria (Curso) - Instituição, Cidade da defesa, ano da defesa.

6) Evento científico - considerado no todo
TÍTULO DO EVENTO, número, ano, cidade de realização. Título da publicação em destaque. Cidade de publicação: Editora, data. Páginas ou volumes.

7) Evento científico - considerado em parte (Trabalhos apresentados e publicados)

AUTOR DO TRABALHO. Título do trabalho: subtítulo. In: NOME DO EVENTO, número, ano, cidade de realização. Título da publicação em destaque. Cidade de publicação. Título do documento (Anais, Proceedings, etc. em destaque), local: Editora, ano. Página inicial-final do trabalho.

8) Norma técnica NOME DA ENTIDADE RESPONSÁVEL. Título da norma em destaque: subtítulo. Cidade de publicação, ano. Número de páginas.

9) Documento eletrônico Acrescentar: Disponível em: . Acesso em: dia mês abreviado. Ano.

Os manuscritos que não estiverem de acordo com as Normas de Publicação serão devolvidos aos autores.